

## O PAPEL DAS EMPRESAS NA ECONOMIA SOCIAL

O Desenvolvimento sustentável constitui uma preocupação e um desafio à escala global face aos riscos e ameaças com que se defronta o futuro da nossa casa comum, o planeta Terra.

A “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” solenemente proclamada pela ONU integra os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as suas 169 metas constituem um guia para as ações a empreender pela comunidade internacional até 2030, consagrando uma visão e princípios comuns, um quadro de metas a alcançar, os meios de implementação e um roteiro para o seu acompanhamento e revisão.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) atendem às três dimensões do desenvolvimento sustentável – económica, social e ambiental – comprometendo os governos, a sociedade civil e o setor privado na prossecução de uma demanda comum em torno do futuro das pessoas, do planeta, da paz e da prosperidade coletivas.

Romper a correlação entre o crescimento económico e a utilização insustentável dos recursos naturais é pois o desafio para as próximas décadas tendo em vista satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

O papel das empresas e dos agentes económicos traduz-se na produção de bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas, gerando paralelamente emprego.

No desenvolvimento das suas atividades as empresas geram impactos no meio físico e social onde operam, indo pois a sua influência para além do escopo meramente económico.

O moderno conceito de responsabilidade social arranca deste implícito reconhecimento e do papel que as empresas podem e devem desempenhar em benefício do desenvolvimento sustentável em que o desenvolvimento económico, social e ambiental andem de mãos dadas e num equilíbrio gerador de bem-estar e qualidade de vida para as gerações atuais e as gerações vindouras.

A responsabilidade social constitui assim um quadro de referência que integra valores, orientações estratégicas, sistemas de gestão e práticas empresariais que transcendem largamente as questões meramente económicas, em nome de uma cidadania empresarial ativa e de uma gestão ética e socialmente comprometida, geradora de impactos positivos na comunidade.

Por seu turno, o setor da economia social tem vindo a ganhar peso e influência crescentes na sociedade e na economia nacionais.

De acordo com os dados conhecidos mais recentes, vertidos na chamada conta satélite da economia social, este setor conta com mais de 61.000 entidades, representando 6% do emprego remunerado em Portugal e um valor acrescentado bruto na economia nacional que se aproxima dos 3%.

Entre estas mais de 60.000 entidades figuram as cooperativas, as mutualidades, as instituições particulares de solidariedade social (em que se incluem as misericórdias), as fundações, as coletividades de cultura, desporto e recreio, as associações humanitárias de bombeiros voluntários, as organizações não governamentais (ONG), num conjunto muito vasto e heterogéneo que, no seu todo, presta relevantes serviços ao país.

Estas instituições servem, globalmente, centenas de milhares de cidadãos que beneficiam dos produtos e serviços por si gerados.

A ligação entre os dois setores tem vindo igualmente a fortalecer-se, buscando complementaridades e laços de cooperação na prossecução de um ideário mais vasto e abrangente em que a economia, não é um fim em si mesma, mas antes se vê colocada ao serviço do bem-estar material do homem.

Através do investimento social estratégico na comunidade, as empresas, privilegiando a ação em favor dos grupos sociais vulneráveis e mais desfavorecidos e uma especial sensibilidade pelas situações emergentes, procuram, através do seu esforço solidário, combater a pobreza e exclusão e promover a inserção social e a cidadania plena.

Avulta neste particular a ênfase que deve ser dada ao trabalho em rede e às parcerias com outras instituições – entre empresas e entre estas e as entidades da economia social.

Esta abordagem metodológica afigura-se crucial para dar uma resposta mais eficiente aos problemas, através da articulação e concertação de esforços numa lógica de complementaridade e estrategicamente orientada para intervir em áreas onde o sector público ou privado apresentam maiores dificuldades de cobertura.

Face à gravidade, complexidade e multidimensionalidade dos problemas, ao seu carácter mutável ao longo do tempo perante a imparável dinâmica societária e ao peso crescente das funções sociais do Estado e seus reflexos no erário público perante os evidentes e persistentes constrangimentos orçamentais, afigura-se inevitável um crescente envolvimento da sociedade civil na resposta a esses problemas.

Encontrar respostas para os problemas sociais mais relevantes, satisfazendo necessidades que o Estado e a rede assistencial solidária não acautelam eficazmente, pela ausência ou insuficiência das respostas existentes, é pois o grande desafio que o setor da economia social tem pela frente e em que as empresas devem ter uma palavra a dizer.

Uma derradeira nota sobre a dinâmica dos processos de inovação social que hoje vão fazendo o seu caminho na construção de novas respostas para velhos problemas.

A inovação social encerra potenciais virtualidades podendo configurar-se como um instrumento na conceção e aplicação de novas soluções e modelos de intervenção a questões sociais prioritárias e prementes, visando a resolução de um problema social (ex: pobreza, exclusão social, desemprego, habitação, abandono escolar precoce, insucesso escolar, fenómenos de vitimização, etc...) que potenciem a criação de valor para a sociedade e sejam geradoras de impacto social.

Surge ligada ao conceito daquilo a que convencionou chamar-se New Public Management, opondo à tradicional visão do estado como organização onde prevalece a hierarquização, imobilismo e a aversão ao risco, uma lógica de formação das decisões de base coletiva e descentralizada, dinâmica, multidisciplinar, aberta à experimentação e ao erro e virada para os cidadãos.

Cada vez mais são necessárias soluções que rompam com a lógica departamentalizada do Estado, e que vão ao encontro de zonas intersticiais, como são grande parte dos problemas sociais pela sua multidimensionalidade, apelando por isso à adoção de processos de governação integrada em que os cidadãos e a sociedade civil organizada, não são apenas beneficiários da ação pública, mas agentes e partícipes dos processos de mudança que lhes dizem respeito.

Rui Pedroto  
Presidente da Fundação António Manuel da Mota